

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. DE 2008
(Da Senhora Rebecca Garcia)

**Solicita ao Ministro da
Saúde, Sr. José Gomes
Temporão, informações
referentes à licença
paternidade.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. que seja encaminhada ao Ministro da Saúde, Sr. José Gomes Temporão, solicitação de informações referentes à licença paternidade.

JUSTIFICATIVA

De acordo com informações publicadas, uma campanha nacional recentemente lançada vem debatendo a ampliação do período remunerado para homens na intenção de ficarem com seus filhos recém-nascidos. A iniciativa é da Rede de Homens Pela Equidade de Gênero - formada por organizações sociais de defesa dos direitos humanos - e tem o objetivo de provocar a discussão do tema. Atualmente, pelo menos dois projetos de lei tramitam na Câmara e no Senado estabelecendo a ampliação dos atuais 5 dias de licença para, pelo menos, 15 dias.

Um levantamento realizado em Recife entre maio e junho deste ano pela Universidade Federal de Pernambuco e Instituto Papai demonstra que os homens querem a ampliação do período de licença-paternidade. Para 78% dos entrevistados, os cinco dias são insuficientes para acompanhar os primeiros dias do filho e dar suporte às mães.

A resposta dada pelos homens contraria o senso comum de que a maioria desperdiçaria esse tempo com o descanso e deixaria a tarefa de cuidar dos filhos continuar a cargo da mulher. Para 29% dos entrevistados, a licença seria utilizada para ajudar a mãe; 19% para cuidar do filho; 37% para ajudar a mãe e cuidar do filho. Só 12% dos homens deram outras respostas e 3% não opinaram.

O desconhecimento dos trabalhadores, porém, ainda é grande. A mesma pesquisa revela que 76% dos homens ouvidos conhecem a licença-maternidade, mas apenas 66% sabem que existe licença-paternidade.

Segundo a psiquiatra infantil e coordenadora do Centro de Referência da Infância e Adolescência (Cria) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Vera Zimmermann, a presença paterna nos primeiros meses de vida de uma criança ajuda o fortalecimento da saúde mental do recém-nascido.

Da forma como a lei está hoje, o que pode parecer um privilégio para as mulheres é, na verdade, mais uma forma de desigualdade de gênero. Há uma disparidade muito grande entre licença-maternidade e paternidade e, entre outras coisas, isso acaba por fragilizar a condição da mulher no mercado de trabalho. A meta

do grupo resume-se em ter, um dia, a licença parental (para pais e mães e de igual período).

Diante do exposto, solicito ao Ministro da Saúde, Sr. José Gomes Temporão, as seguintes informações:

1) Existem estudos que comprovem que a presença do pai no crescimento e no desenvolvimento da criança é essencial nos primeiros dias de vida?

2) Qual é a posição do Ministério em relação a ampliação da licença a paternidade? O Ministério tem algum programa que incentive o aumento da licença paternidade?

3) Que implicações isso traria para os cofres públicos?

4) É possível fazer uma campanha para conscientizar a população da necessidade de o pai estar ao lado de seus filhos nos primeiros dias?

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2008

REBECCA GARCIA
Deputada Federal (PP-AM)